



Anais da Assembléia

N.º 49

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1983

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Artagão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crispóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte. (46); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Fuad Nacli, Antônio Anibelli, Augusto Carneiro, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos e Wilson Fortes.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o nº 275/83-DL., do Senhor Vereador MOACIR TOSIN — Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, o qual encaminha Requerimento nº 799/83, de autoria do nobre Vereador LUIZ CARLOS BETENHEUSER, que cumprimenta esta Casa Legislativa, pela realização do I FORUM DE DEBATES, realizado dia 27 do mês próximo passado.—
Ao conhecimento da Casa.

TELEX:

Do Senhor Deputado FREITAS NOBRE — Líder do PMDB na Câmara Federal, com o seguinte teor:

“ACUSAMOS RECEBIMENTO CÓPIA REQUERIMENTO E ESTAMOS SOLIDÁRIOS POSIÇÃO ESSA CÂMARA APROVAÇÃO PROJETO LEI COMPLEMENTAR 143/80 QUE ALTERA TRÊS PARA CINCO POR CENTO RECEITA MUNICÍPIO EXERCÍCIO ANTERIOR, LIMITE ENCARGOS REMUNERAÇÃO VEREADORES.— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento do jovem André Fernando Wolff, ocorrido em acidente automobilístico.

André tinha 19 anos e era filho do Sr. Abílio Wolff Júnior, Presidente da Autarquia Municipal de Esportes e Turismo de Londrina — Ametur.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

Apoioamento: Homero Oguido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento do jovem Gilberto Fantin Carneiro, vitimado por lamentável acidente. O extinto era pessoa das mais relacionadas no Município da Lapa, onde construiu a sua vida, cortada de forma violenta e precoce. Gilberto Fantin Carneiro era filho de família de largas tradições lapeanas, sendo que o seu pai, Sr. João Coelho Carneiro, por muitos anos, e sempre com exemplar dedicação, foi um dos mais ativos vereadores da Câmara Municipal da Lapa. Requeiro, ainda, seja cientificada da decisão desta Casa à família do falecido.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de através do setor competente apresentar voto de congratulações, pela escolha do Presidente do Banestado Corretora de Valores, nosso companheiro CARLOS NASSER.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Apoioamento: Rubens Bueno, Fiori Luiz, Dirceu Manfrinato, Artagão Mattos Leão, Orlando Pessuti, Roberto Requião, Trajano Bastos, Amélia Hruschka, Edmar Luiz Costa e Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

Sua nomeação para um cargo extremamente técnico representa uma demonstração de capacidade da classe política paranaense, principalmente por aliar a representatividade popular, o conhecimento especializado e a postura ideológica do nosso partido. Suplente de Deputado Federal, com expressiva votação de 24 mil votos, saberá colocar o interesse popular junto ao desafio da problemática financeira, que nesta hora de crise aumenta a complexidade de sua gerência, tornando tênue a linha que separa o acerto do erro. Comigo assinam esta moção outros Deputados do PMDB, que se congratulam com a indicação do Governador e dão o voto de confiança a um competente político da nova geração que o Paraná tem orgulho de possuir.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER voto de congratulações aos Srs. Rosnel de Almeida Bond e Victor Grein Neto, Diretores-proprietários do jornal "Folha Metropolitana", que foi lançado neste final de semana.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A Imprensa cumpre na nossa sociedade o papel de agente conscientizador e mobilizador da população. A História brasileira recente tem incontáveis registros de perseguições que atingiram tanto os profissionais do jornalismo como os órgãos de imprensa independentes. Não há novidade nisso, pois todo regime autoritário se preocupa com a liberdade de opinião. Afinal de contas, eles - os autoritários de plantão - governam sem apoio popular, logo, são refratários às opiniões de quem não representam.

Entendendo assim o papel da imprensa, outra não poderia ser nossa reação do que a de regozijo pelo lançamento da "Folha Metropolitana", a quem transmitimos nossa esperança de vir a se constituir uma força renovadora de imprensa paranaense.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE, pela brilhante campanha desenvolvida na competição "Taça de Ouro", dando-se ciência deste requerimento ao Ilustríssimo Sr. ONAIREVES ROLIM DE MOURA, DD. Presidente do referido Clube.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(aa) CAÍTO QUINTANA e ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Independente do fato de não ter obtido a sua classificação para a grande final da "Taça de Ouro", o Clube Atlético Paranaense, pelo brilhantismo do seu desempenho no transcorrer da campanha, merece, com toda justiça, nossas homenagens.

Com um plantel excelente e competitivo, projetou o esporte do Paraná no cenário nacional, destacando-se como um dos grandes times de futebol do Brasil.

O esporte paranaense é hoje indubitavelmente mais respeitado, até porque, o Clube Atlético Paranaense despediu-se da "Taça de Ouro", com uma espetacular vitória sobre o Campeão Nacional, mostrando ao Brasil a pujança de nosso esporte.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM, um voto de congratulações à Direção e Funcionários do Jornal "O PARANÁ", da cidade de Cascavel, pela passagem de mais um aniversário.

Expressamos nosso reconhecimento pelos excelentes trabalhos jornalísticos desenvolvidos, objetivando bem informar a opinião pública.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, RUBENS BUENO e SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a con-

signação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações pelo transcurso do 40º ano de fundação da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária.

Tal evento torna-se importante por tratar-se de mais um ano de trabalho da Sociedade em questão em favor do desenvolvimento das atividades médico-veterinárias e dos profissionais dessa área em nosso Estado.

Requer também que, do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à diretoria daquela entidade.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado DONATO GULIN, infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação da Casa o seguinte REQUERIMENTO: Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de congratulações ao Jornal "O PARANÁ", editado na Cidade de Cascavel, pela passagem do seu 7º aniversário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de louvor ao Clube Atlético Paranaense, por sua brilhante participação em todas as fases da competição nacional "Taça de Ouro".

A garra, o denodo e o espírito desportivo desta agremiação foram de tal ordem que o nome de nosso Estado, tornou-se mais conhecido no cenário esportivo de todo o Brasil, enaltecendo as qualidades não só dos atletas que nos representaram, mas a harmonia existente entre jogadores, diretores e aficionados.

Que o exemplo dado por esta agremiação esportiva, frutifique e seja seguido pelas demais.

Outrossim, requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Clube homenageado, na pessoa de seu Presidente Onaireves Rolim de Moura.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Clube Atlético Paranaense fez a alegria de sua fiel torcida, a felicidade de um grande povo e deu ao Paraná projeção nacional, usando os caminhos dos mais fascinantes dos esportes, o futebol. Capitulou sem perder o lance final, vítima dos caprichos de um complicado regulamento elaborado pela Confederação Paranaense de Futebol. Foi bravo, talentosamente corajoso, técnico e estilista. Em vinte e quatro jogos cultivou o sentimento paranista, colocando em nível destacado este Estado e os seus habitantes. Em onze jogos, vencendo com maioria técnica, o Atlético Paranaense se fez respeitar por clubes de expressão nacional. Em seis jogos, empatando, o Atlético demonstrou possuir força para ganhar e tenacidade para não perder. Em sete jogos, perdendo no campo, ganhou a solidariedade dos torcedores e de inúmeros intérpretes dos anseios populares, os comunicadores de rádio, jornal e televisão, sempre prontos a ajudar o Paraná diante de um desafio nacional. Nos trinta e dois gols que marcou, o Atlético fez explodir de emoção, homens, mulheres, crianças e idosos, numa mistura de idades cronológicas, sem definir diferenças no gesto de exaltação ao gol.

O Atlético valente e destemido derrotou a timidez e provou que é importante pensar grande, com otimismo e

confiança. Com amor ao Paraná e aos paranaenses. Saber ser forte, eis uma lição que o Atlético de tanta gente deu ao Brasil, em nome do Paraná.

É o voto de regozijo que proponho ao Clube Atlético Paranaense, nos termos regimentais, solicitando que do presente se dê ciência ao Presidente do Clube, Sr. Onaireves Rolim de Moura e ao Presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, Raul Mazza.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil S.A., no sentido de transformação do Posto Avançado de Crédito Rural "PAVAN", da cidade de Boa Esperança, para agência bancária.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do Sr. Prefeito Municipal da cidade de Boa Esperança, Celso Buscariol, com o apoio da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda — Coamo, tal medida visa facilitar os agricultores daquela fértil e progressista região, que são obrigados a se deslocarem até a cidade de Campo Mourão para que possam resolver seus problemas ligados à agricultura, o que hoje vem se tornando demasiado oneroso.

O Município de Boa Esperança, segundo dados fornecidos pela própria Prefeitura Municipal, conta atualmente, com 1.107 propriedades rurais, 152 estabelecimentos comerciais, 1 posto da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. — Coamo, 1 agência do Banco do Estado do Paraná S.A., 1 Posto da Caixa Econômica Federal, 1 escritório da Acarpa/Emater e na iminência de instalação de 1 Posto de vendas de insumos da Cafe do Paraná.

Está o referido município servido por órgãos estatais como: Copel, Sanepar, Telepar com sistema de DDD, ampla rede de ensino de 1.º e 2.º graus, incluindo o Curso de Técnico em Magistério.

É servido pelas estradas asfálticas BR 369 e BR 272, interligadas pela PR 468, cruzando o perímetro urbano da cidade.

A área do Posto Avançado de Crédito Rural de Boa Esperança abrange, além da sede do município, 12.443 alqueires paulista, parte dos Municípios de Janiópolis, Juranda, Mamborê, Goioerê e Campo Mourão.

Pelos dados apresentados achamos que a instalação de uma Agência do Banco do Brasil S/A., na cidade de Boa Esperança além de propiciar melhor acesso aos créditos rurais por parte dos agricultores, virá de encontro ao anseio da população daquela cidade e de toda região.

Anexo cópia de ofício do Diretor Presidente da Coamo e ofício do Prefeito Municipal com exposição de motivos, ambos dirigidos ao Presidente do Banco do Brasil S.A.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Transportes para que autorize a construção de um Terminal Rodoviário, na sede do Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

O recém-criado Município de Lunardelli, está numa região de desenvolvimento acentuado e onde convergem munícipes de várias cidades vizinhas que não tem onde ficar à espera de seus coletivos, ficando sem abrigo nos momentos difíceis, ocasionando grande descontentamento na comunidade.

O atendimento ao acima solicitado, viria tranquilizar a comunidade não só de Lunardelli como de outros municípios vizinhos onde os coletivos tem que passar pelo município acima referido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Administração, apelando no sentido que seja determinado à Emopar a reforma geral do prédio onde funciona a Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco no Município de Santana do Itararé.

Tal solicitação prende-se ao fato de que o prédio onde funciona atualmente os cursos de primeiro grau, compreendendo as turmas de 1a. a 8a. séries, é o único estabelecimento de ensino estadual existente no município, contendo 10 (dez) salas, das quais, uma é destinada à direção do ensino de primeiro grau e outra à Coordenadoria de Ensino, ficando apenas oito salas para abrigar 800 alunos de Ensino de primeiro grau, mais 110 (cento e dez) alunos do curso de segundo grau. Trata-se pois de um prédio antigo cujas instalações encontram-se em péssimo estado de conservação, além de não ter condições de acomodar os alunos ali matriculados e que desenvolvem seus estudos.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Cultura e Esporte, apelando no sentido que seja construído um Ginásio de Esportes no Município de Santana do Itararé.

Tal solicitação prende-se ao fato, da necessidade de oferecer à população um local apropriado para a prática de esportes e área de lazer.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Senhora Secretária de Educação, apelando no sentido de que seja encaminhada autorização à Fundepar, para a melhoria da Quota referente ao Auxílio de Pagamento dos Professores, repassado através daquele órgão, para o Município de Santana do Itararé.

Tal solicitação se faz pelo motivo de o município contar com aproximadamente 50 professores municipais, dos quais 17 estão prestando serviços na Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, onerando sobremaneira os cofres municipais.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes apelando no sentido de que seja efetuado a pavimentação asfáltica de 12.000 m² no Município de Santana do Itararé.

Os motivos de tal solicitação, prende-se ao fato de que no setor de urbanismo a cidade, com a construção e pavimentação da Estrada PRT-272, que liga a cidade ao vizinho Estado de São Paulo, ficou com o seu contorno pelo lado Sul, sem qualquer ligação com o trecho asfaltado, como também com o vizinho Município de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, apelando no sentido de que seja construída uma Unidade Hospitalar no Município de Santana do Itararé.

O motivo de tal solicitação é que a Comunidade conta aproximadamente com 10.000 habitantes compreendido entre zona rural e urbana, e possui apenas uma unidade sanitária composta de quatro salas, onde funciona todo atendimento fornecido pela Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, não havendo entretanto, médico para esse atendimento tendo assim os habitantes daquele município em caso de necessidade médica, se socorrer das vizinhas cidades. A falta de médico, deve-se principalmente pela falta de unidade hospitalar, pois não existe possibilidade de atendimento clínico qualquer que seja a natureza.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, apelando no sentido de que seja construída a Sede da APMI, no Município de Santana do Itararé.

Tal pedido prende-se ao fato, que a construção da Sede da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, órgão vinculado à Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, fundada na cidade em 1981, vem até a presente data se arrastando, sem qualquer auxílio recebido, contando apenas com ajuda da comunidade, necessitando assim da construção de sua sede na qual deverá funcionar, já de início uma creche para abrigar os filhos dos trabalhadores daquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, apelando no sentido de que seja autorizado à Sanepar a construção da rede de esgoto básico e galerias de águas pluviais no Município de Santana do Itararé.

Tal solicitação prende-se ao fato de que a concessão dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto foram outorgadas à Sanepar, através da Lei Municipal e Contratos, para a execução das obras e exploração dos serviços, tendo aquela companhia executado até a presente data os serviços de abastecimento de água, já que a concessão deu-se em 1977 e até a presente data a construção de esgoto sanitário ainda não foi iniciada, causando assim sérios embarços para a cidade. Quanto à construção de galerias de águas pluviais, necessário se tornam estas obras, dado a situação topográfica do terreno da

cidade e ainda por ser a mesma cercada pelo Rio Fartura e Água do Lava Pé, o que torna por mais difícil a conservação das ruas sem a construção de galerias, uma vez que o escoamento das águas se avolumam e não permitem a conservação, exigindo sempre maior número de trabalho para isso.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo solicite da Radipar a montagem de um retransmissor de TV no Município de Santana do Itararé.

A montagem do retransmissor de TV, reivindicação atinga da comunidade, prende-se ao fato de que o desenvolvimento cultural de um povo torna-se fácil quando se tem um bom meio de comunicação e a televisão, hoje torna-se indispensável a isto e o município não conta com tal benefício, havendo portanto, a necessidade de sua montagem.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, para que o mesmo solicite à Copel, a construção de uma subestação de rebaixamento de tensão elétrica, em Santana do Itararé.

A construção da subestação de rebaixamento de tensão, que deverá ser procedida através da Copel, torna-se indispensável, pois os constantes interrompimentos de fornecimento de energia elétrica, tem ocasionado sérios prejuízos ao município, visto que aquela cidade é considerada ponta de linha e não conta com a subestação, fornecendo assim um serviço de péssima qualidade. A construção da subestação possibilitará menos interrompimentos de fornecimento de energia e melhoria da qualidade de energia, sem as constantes oscilações atuais.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação para que autorize a criação de uma Escola de 2.^o Grau na sede do Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

O acima solicitado justifica-se pelo fato de Lunardelli ser um município onde convergem estudantes de várias cidades vizinhas, onde não há Escolas de 2.^o Grau e a criação da citada Escola viria atender a demanda desses jovens, que na maioria são de condições econômicas precárias, não podendo se locomover para outros municípios distantes.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes para que autorize a construção de uma Estrada Cascalhada no

Distrito de Godoy Moreira até o Distrito de Ubauna, passando pelo Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de Lunardelli ser um município em franco desenvolvimento agrícola, necessitando de estradas que tenham condições de proporcionar seu escoamento, o que não está acontecendo, dadas as condições péssimas de suas estradas atualmente.

Esta rodovia cascalhada que, passando por Lunardelli e os distritos acima referidos viria atender as necessidades de transporte mais urgentes, beneficiando sobremaneira dois distritos super populosos como Godoy Moreira e Ubauna, bem como o Município de Lunardelli.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação para que autorize a instalação de uma Escola de 1.º Grau, no Distrito de Primavera, no Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se pelo fato de Primavera ser um Distrito que dista mais de 15 km da sede do município, cuja estrada está em péssimas condições de tráfego, dificultando a juventude em idade escolar de 1.º grau a se deslocar para Lunardelli, uma vez que as condições econômicas dos mesmos são precárias.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna, e ao Presidente da Embratur - Empresa Brasileira de Turismo, Professor Miguel Colassuono, solicitando o estudo e viabilidade da instalação de uma Delegacia Regional da Embratur, em nosso Estado.

Requer, outrossim, o envio de cópia do presente, ao Excelentíssimo Sr. José Richa, Governador do Estado do Paraná, aos Presidentes dos Sindicatos de Hotéis e Similares, com sede em Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina, bem como aos Prefeitos e Câmaras Municipais das referidas cidades.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o turismo é uma atividade de grande importância econômica que aumenta o ingresso da moeda ou divisas do país visitado, redistribuindo a renda interna, desenvolvendo regiões economicamente mais carentes e estimulando as indústrias relacionadas com os serviços turísticos, especialmente os de transporte e de alojamento.

Considerando que o Estado do Paraná se situa como o mais desenvolvido da Região Sul, tomando-se como parâmetro o número de hotéis classificados pela Embratur, que atinge o expressivo total de 147 estabelecimentos classificados.

Considerando que na área hoteleira o Paraná possui 20.000 leitos à disposição dos turistas, o que gera 15.000 empregos diretos e 50.000 empregos indiretos.

Considerando que Curitiba e as principais cidades paranaenses constituem pólos culturais e esportivos do País, de-

envolvendo intensa programação anual, especialmente de congressos nacionais e internacionais.

Considerando que Curitiba e outras cidades paranaenses promovem, anualmente, importantes exposições e feiras, em todos os campos de atividades e que têm despertado grande interesse no País e no exterior, atraindo para o nosso Estado as atenções de profissionais, técnicos, comerciantes, industriais, especialistas em estratégias mercadológicas e de pessoas envolvidas nos mais diversificados ramos de atividades.

Considerando que a Universidade Federal do Paraná, mantém em funcionamento, por intermédio do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais, do seu Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, um Curso de Turismo, que vem formando técnicos tão necessários para a expansão da atividade Turística no Brasil e que, num futuro próximo teremos em nosso Estado, funcionando em Foz do Iguaçu, um moderno Hotel Escola, e que já dispomos no Estado de Técnicos com formação Universitária na área do Turismo.

Considerando que o Estado do Paraná dispõe de recursos naturais que polarizam a atenção dos turistas brasileiros e estrangeiros, como a Ilha do Mel, a Serra do Mar, Vila Velha, a visão impressionante das águas do Paranazão, o gigantismo do Lago de Itaipu e as formidáveis Cataratas do Iguaçu, entre muitos outros, que atraem turistas de todo o mundo.

Considerando que para o pleno desenvolvimento das atividades empresariais ligadas ao turismo torna-se necessário o entrosamento com os organismos federais destinados a dar suporte à iniciativa privada na área do turismo.

Considerando a necessidade de uma atuação permanente do Governo Federal junto ao empresariado do turismo em nosso Estado para implementação, em campo próprio das fontes detentoras de expressivos fluxos turísticos, como ocorre no Paraná, de medidas de manutenção e desenvolvimento desse importante setor da economia brasileira.

Considerando o programa de desenvolvimento de suas atividades, empreendido pela Empresa Brasileira de Turismo - Embratur, que, sob a administração do ilustre professor Miguel Colassuono, vem dando nova dimensão à importância econômica do Turismo no Brasil.

Proponho o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, e ao Presidente da Embratur, professor Miguel Colassuono, no sentido de que seja instalada em Curitiba uma Delegacia da Embratur, a exemplo do que já ocorre em outras capitais de estados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEUR à Mesa, seja oficiado à Presidência estadual e Presidências das micro-regiões da Associação dos Municípios do Paraná, solicitando-lhes que apresentem, dentro dos padrões da viabilidade, proposta que seja uma solução a nível de resposta à educação paranaense e à crise pela qual passa o Estado. Não é o Governo do PMDB o responsável pelo histórico e progressivo ônus acumulado sobre as Prefeituras Municipais que, em sua maioria, mal e mal estão conseguindo manter a onerosa folha de pagamento aos professores municipais que atuam nas escolas da Rede Estadual de Ensino, e que hoje representam mais de 15.000 professores no Estado. O grave momento econômico a que reduziram a situação paranaense faz com que se leve a público a "total impossibilidade" por parte do Governo, em termos de "absorver de imediato" a responsabilidade pelo aleijão, que, ano após ano, foi instituído em nosso Estado, agigantando as folhas de pagamento do já combatido municipalismo. Urge, entretanto, a soma conjunta de esforços para que se possa liberar, mas PROGRESSIVAMENTE os municípios de um encargo artificial que lhes foi atirado aos ombros.

Decisões bruscas e precipitadas, a exemplo do que já ocorreu em casos isolados, não contribuiriam, no atual momento, para a solução de um problema, pois simplesmente viriam a representar a interrupção de vida escolar de milhares de crianças paranaenses. É impossível, em alguns dias de Governo, corrigir distorções que foram acumuladas em decênios e, na busca de resposta a uma causa fundamental como a da Educação, é preciso decidir responsabilmente e em dimensão convergente, para que o maior prejudicado não venha a ser quem é o mais indefeso objeto da própria educação a nível de Estado: a criança do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial, ao Diretor Presidente do IPE, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido do credenciamento de uma Clínica Dentária, para atendimento de seus beneficiários, na cidade de Goioerê.

De iniciativa do ilustre Vereador Antônio Bernardino Sena Neto, tal medida visa ampliar o atendimento aos servidores públicos daquele progressista município. Como é público e notório, o atendimento odontológico é um dos mais caros e, com os modestos salários percebidos pelos funcionários públicos, é quase inviável o pagamento de tratamento a particulares.

Com o credenciamento de uma Clínica Dentária aqueles servidores, verdadeiros sustentáculos da máquina estatal, teriam minorados os gastos com atendimentos odontológicos, o que é justo e de direito.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial, ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido da instalação do Escritório Regional do Instituto de Assistência ao Menor - IAM — Em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

A delinquência juvenil grassa em todos os quadrantes de nosso território. O nosso Estado não foge à regra e, principalmente no interior, onde as dificuldades de um agregamento cultural é mais perceptível, o problema é quase caótico.

Algumas pessoas abnegadas, fundam creches, com ou sem apoio oficial, visando minorar o problema. A Micro-Região de Campo Mourão possui um número assustador de Menores Abandonados, vítimas de uma estrutura social que não vê o homem como fim último do Estado.

Existem, tanto no Município de Campo Mourão, como nas cidades que compõem a Comcam, inúmeras creches e orfanatos que estão ameaçados de fechamento por falta de verbas de órgãos responsáveis.

A instalação de um Escritório Regional do Instituto de Assistência ao Menor, viria dar maior amparo a essas entidades (creches e orfanatos), com repasses de verbas e uma assistência mais direta, evitando assim que, esses menores abandonados de hoje, os trombadinhas como são pejorativamente chamados, viessem a formar, no amanhã, uma legião de homens esquálidos e descrentes do próprio valor da vida.

dos e descrentes do próprio valor da vida.

A dívida social de nosso País é muito grande, compete-nos ajudar a saldar um pouco dessa dívida, canalizando esforços para amparar os menores de hoje para que venham a sentir orgulho da Pátria onde vivem no amanhã. Já dizia o filósofo Thomas Morus "Educai as crianças e podereis abrir as portas dos presídios", mas, para uma educação perfeita é preciso antes de tudo amparo, carinho, afeto e, acima de tudo, barriga cheia.

Cremos na sensibilidade dos homens de boa vontade e o ínclito Secretário tem dado mostras disso, razão pela qual temos certeza da aquiescência ao nosso requerimento, pois acima de tudo visa proteger gente inocente, abandonada pela sorte.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Claus Magno Germer, digníssimo Secretário da Agricultura, solicitando a instalação de uma filial da Cafe do Paraná, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A própria Secretaria da Agricultura pode atestar o aumento da produção de algodão na região oeste, com empresas de beneficiamento do produto, já instaladas na região, além de incrementos que vem obtendo também a pecuária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de sua prerrogativa regimental, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Claus Magno Germer, DD. Secretário da Agricultura, solicitando a nomeação de uma Comissão para verificar com a máxima urgência, a situação em que se encontram os agricultores do Município de Boa Vista da Aparecida, a fim de que o Governo possa dar sustentação política às reivindicações daqueles agricultores.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Houve uma quebra de 70 por cento na safra de feijão. E agora, as atuais chuvas que caem a aproximadamente duas semanas, quase que ininterruptamente naquela região, deverão comprometer cerca de 40 por cento da safra de soja.

O desespero está tomando conta dos agricultores, que sem condições de colher o produto, estão vendo sua soja brotar no pé.

Por essa razão, se faz urgente a nomeação de uma Comissão para verificar a real situação dos agricultores daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao DD. Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, solicitando ao mesmo que sejam efetuadas ligações asfálticas dos distritos londrinenses de Lerroville, Guaravera e Paiquerê, à Rodovia Celso Garcia Cid.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se este requerimento, de antiga reivindicação da classe produtora da região ora citada, uma vez que a zona rural

de Londrina, como é do conhecimento de todo o Paraná, contribuiu consideravelmente com a produção de grãos e café neste nosso Estado. E, por isso mesmo, justifica-se a ligação asfáltica dos distritos citados, o que garantirá segurança no escoamento da safra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão Especial da Usina Central do Paraná, REQUER o envio de cópias dos relatórios apresentados pelos Srs. Deputados Fuad Nacli (relator) e Paulo César Furiatti (membro da Comissão), às seguintes autoridades:

1. Presidente da República
2. Ministro do Trabalho
3. Ministro da Indústria e Comércio
4. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool
5. Governador do Estado do Paraná
6. Prefeito Municipal de Porecatu
7. Câmara Municipal de Porecatu (Líderes das duas bancadas).

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Sra. Secretária da Educação solicitando que a mesma envie esforços no sentido de ser implantado o ensino de segundo grau nos Distritos de Farol e Piquirivai, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Ambos os distritos em tela de há muito reivindicam a instalação de ensino de segundo grau para as suas comunidades, haja visto que as distâncias que os separam da sede do município são consideráveis e que a grande maioria de estudantes que concluem o ensino de primeiro grau são filhos de agricultores ou mesmo de bóias-frias, não podendo sequer pagar condução para continuarem seus estudos.

Faz-se portanto justiça a essa gente humilde atender suas reivindicações, e a principal delas é, portanto, a instalação do ensino de segundo grau.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, solicitando estudos para ligar Campo Mourão a Maringá por ramal ferroviário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Velha é a aspiração do povo mourãoense quanto à ligação ferroviária entre Maringá e Campo Mourão, pois isso viria não só aumentar uma região em grande desenvolvimento como iria minorar os sacrifícios imensos enfrentados pelos agricultores, quando do transporte de suas mercadorias aos grandes centros, hoje feito totalmente pelo transporte rodoviário, o qual onera bastante a agricultura de toda a região.

Todos sabem que Campo Mourão é hoje um centro agrícola dos mais desenvolvidos do nosso Estado, estando aí a maior cooperativa agrícola do País, daí a necessidade de um terminal

ferroviário para colaborar com o crescimento da região e trazer mais divisas para a mesma, colaborando assim com o desenvolvimento do nosso Estado e País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Sra. Gilda Rocha Loures, DD. Secretária de Educação, solicitando a instalação de ensino de primeiro grau, quarta à oitava séries, na Escola Osvaldo Cruz, Jardim Laura, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HURSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Osvaldo Cruz localiza-se no Jardim Laura, na sede do Município de Campo Mourão e tem na sua clientela escolar filhos de agricultores ou na maioria filhos de bóias-frias, ficando a escola referida longe do centro da cidade, importante seria se estender o ensino de primeiro grau, quarta à oitava série, para atender aqueles alunos.

Esta reivindicação dos moradores do Jardim Laura é justíssima, daí nós também a encampamos fazendo o pedido pelos mesmos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências urgentes no sentido de que sejam remarcadas as faixas de sinalização do asfalto, no trecho entre FRANCISCO BELTRÃO e CAPA-NEMA, dando-se ciência deste requerimento aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos Municipais e Câmaras de Vereadores dos respectivos municípios.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O trecho para o qual se solicita a remarcação de faixas situa-se numa região de fortes nevoeiros e de grande tráfego, originando grande perigo de acidentes, conforme informações obtidas, eis que as referidas faixas de sinalização encontram-se apagadas.

Necessária, portanto, a remarcação urgente, objetivando prevenir e evitar acidentes, que poderão inclusive ser de grandes proporções e de danos irreparáveis.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, reiterando-lhe pedido de providências urgentes no sentido de que seja efetuado, com a máxima brevidade, o pagamento das indenizações devidas aos proprietários de terras cortadas pela PR-281 e PR-583, especificamente no Município de Planalto, de acordo com relação anexa, fornecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Planalto, dando-se ciência do presente requerimento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e ao referido Sindicato dos Trabalhadores Rurais, daquele município.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

No início do mês de abril próximo passado, já apresentamos requerimento solicitando tais providências, de forma generalizada, o qual, aprovado por este douto Plenário, foi encaminhado através de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes.

Todavia, sentimo-nos na obrigação de reiterar aquele pedido, de forma específica para o Município de Planalto, em razão das diversas solicitações de parte dos desapropriados, inclusive através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cuja correspondência estamos anexando, dando conta de que a situação dos mesmos é desesperadora, tendo em vista que as desapropriações ocorreram há mais de cinco anos, e até o presente momento não se concretizaram as indenizações devidas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhe sejam enviados estudos no sentido de viabilizar, com a máxima brevidade, a criação de um Colégio Agrícola no Município de PLANALTO, no Sudoeste do Estado, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A região Sudoeste do Estado, de longa data vem mantendo acentuado surto de desenvolvimento. Planalto, um dos municípios que a integram, acompanha este progresso, às custas da riqueza do seu solo e do trabalho, essencialmente agrícola, de sua população.

É sabido que nas famílias da zona rural, todos os seus membros participam do trabalho nas lavouras e os agricultores encontram enormes dificuldades em mandar seus filhos estudar nos grandes centros urbanos.

A criação de um Colégio Agrícola em Planalto, inclusive com um curso de Técnica Agropecuária, viria beneficiar não só o referido município, mas também os municípios adjacentes, trazendo condições de maior incremento da agricultura e pecuária da região, o que viria, por consequência, elevar ainda mais o Estado do Paraná, já considerado como um dos grandes celeiros do País.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Collin, Presidente do Banco Central, Carlos Langoni e Presidente do Banco do Estado do Paraná, Léo de Almeida Neves, no sentido de que sejam liberados recursos para o financiamento de custeio aos sericultores de Nova Esperança e região produtora do bicho da seda, ainda durante o mês de maio, início do período de entre-safra.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que há mais de 8 anos a região de Nova Esperança iniciou o cultivo de amoras para a produção do bicho da seda, cultura que se adaptou perfeitamente ao tipo de solo e clima propício, permitindo a subsistência de pequenas propriedades de 2 até 10 alqueires, ao contrário da pecuária que exige grandes áreas;

Considerando que a sericultura representa, em alguns municípios a última opção viável e econômica, tendo em vista a substituição radical e rápida de quase toda a cafeicultura daquela região;

Considerando que o bicho da seda alimenta-se somente de folhas de amoreira, sendo que o plantio de 3,50 alqueires paulistas plantados podem manter um barracão de 480 m², com produção de 300 a 350 kg de casulos, que, vendidos a Cr\$ 1.000,00 o quilo, apresenta rentabilidade muito superior até mesmo à cultura do café nos seus tempos áureos;

Considerando que o cultivo de amoreiras para produção de casulos do bicho da seda, constitui-se em excelente preservativo contra a erosão, principalmente se levarmos em conta que as terras da região são do trigo arenito-caiuá;

Considerando que na região de Nova Esperança, englobando os Municípios de Alto Paraná, Atalaia, Presidente Castelo Branco, Paranacity, Uniflor, Cruzeiro do Sul, Floraf, Terra Rica, Mandaguaçu, São Carlos do Ivaí, Santa Fé, Santo Antônio do Caiuá, Paraíso do Norte, Lobato, Inajá, Paranaíba, Colorado e São Jorge do Ivaí, são produzidos 2.408.814 kgs de casulos;

Considerando que somente no Município de Nova Esperança são produzidos 40 por cento do total acima de casulos, empregando 6.450 pessoas, sem que se computem os menores, ainda sem aptidão para o trabalho; e que a região de Nova Esperança produz 65 por cento da produção Estadual, em torno de 2.408.800 kgs, dos 3.490.000 kgs, dos 106 demais municípios que exploram essa cultura;

Considerando, finalmente, que o bicho da seda não produz casulos nos meses de inverno; maio, junho, julho e agosto, período de entre-safra, os sericultores precisam de financiamento de custeio para subsistência de suas famílias, cujos produtores ficam sem recursos nesses meses. O requerente solicita da Mesa desta Casa o envio de expedientes aos Srs. Presidente do Banco Central, do Banco do Brasil e do Banco do Estado do Paraná, para que sejam liberados os recursos competentes e necessários, antecipando as operações por parte de toda a rede bancária que liberaria os financiamentos somente nos meses de junho e julho, com enormes reflexos negativos aos sericultores. Ressaltando o subscritor do presente requerimento, que o atendimento a esta solicitação será de grande significação econômica em toda a região de sericultura, propiciando estímulo a maior emprego de mão-de-obra, geração de ICM e contribuição respeitável à balança comercial brasileira, já que quase toda produção é exportada para a Europa e alguns países da Ásia.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de apelo ao Sr. Deputado Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de providenciar, com a máxima urgência, a vistoria no trecho da estrada que liga o Município de Quitandinha ao Município de Contenda, neste Estado.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

A referida estrada, devido as fortes chuvas que ocorrem na região, está em precária situação, ocasionando sérios prejuízos aos moradores dos municípios, principalmente os da zona rural, pois não há meio de escoar suas produções.

Tal solicitação se faz, tendo em vista o péssimo estado de conservação da referida estrada por parte da companhia responsável pela obra, sendo que diversos trechos, apresentam deficiência em seu leito, chegando mesmo a provocar erosão.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Sr. Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que aquela autoridade determine os estudos necessários à criação com sede no Município de Quitandinha de Comarca abrangendo além daquele, os Municípios de Mandirituba e Agudos do Sul.

O solicitado prende-se ao fato de ser o Município de Quitandinha o mais central dos que irão constituir Comarca, satisfazendo, assim, de melhor maneira, as necessidades de todos quantos necessitam receber a distribuição da justiça.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer a Vossa Excelência que seja encaminhada à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados em Brasília, através dos parlamentares paranaenses, Luiz Carlos Borges da Silveira (Presidente), Oscar Alves, Alcení Guerra, Euclides Scalco e Aragão de Mattos Leão, integrantes da referida Comissão, a reivindicação dos acadêmicos e profissionais de Farmácia e Bioquímica de nosso Estado, a fim de que se posicionem contrariamente à aprovação do Projeto de Lei 6.717/82, que tramita naquela Casa.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL.

JUSTIFICATIVA:

O movimento nacional de acadêmicos e profissionais de Farmácia e Bioquímica, contra a aprovação do Projeto de Lei 6.717/82, que tramita na Câmara Federal, de autoria do Senador José Lins, está a merecer a atenção desta Casa.

O referido projeto de lei visa estender, através de regulamentação da profissão, ao egresso do Curso de Ciências Biológicas, modalidade médica (Biomédico), o direito de exercício nas atividades de: Análises Clínicas - Laboratoriais, Análises Toxicológicas, Análises Biomatólogicas (Alimentares), Radiológicas, etc.

Essa ampliação de direitos para o exercício das atividades referidas, configura-se como intromissão indevida em área de atuação profissional historicamente de competência de farmacêuticos-bioquímicos e de médico patologista clínicos que são especialistas, legal e cientificamente habilitados para o desempenho das funções em questão.

Com isto, a atribuição da especialidade de Análises Clínicas ao Curso de Biomédico, através da aprovação do Projeto de Lei 6.717/82, que se encontra em apreciação junto à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, e que se apresenta como ato de injustiça a direitos anteriormente adquiridos por Cursos Nobres, apenas viria complicar ainda mais, a situação de desemprego na área, o que, no momento, cabe evitar.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 49/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO PARANÁ — APEP, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no 2.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos, e vem prestando serviços de assistência social, cumprindo assim o que dispõe a lei reguladora da matéria.

A documentação anexa, demonstra que a entidade em apreço satisfaz plenamente as exigências da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1.978.

Assim sendo, apresentamos aos nobres Pares o presente plano de lei, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 50/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Kaloré, o imóvel de propriedade do Estado, constituído das datas de números 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8, com área total de 3.685,50 m², situadas na quadra 33 da planta da Cidade de Kaloré, registro número 3.194, folhas 08 número 4.133 - livro 3B de 03/04/65, do 1.º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

Parágrafo único. A presente doação fica gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, que deverão constar no texto da escritura de doação.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos fazer reverter ao patrimônio do Município de Kaloré, as datas especificadas e que foram doadas para o DER.

Atualmente desejando a cidade de Kaloré utilizar aquelas datas para instalação de obras comunitárias e de interesse social para o município, justo é que revertam para o patrimônio da municipalidade tais imóveis, inaproveitáveis pelo Estado.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que temos certeza merecerá apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 51/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Declara-se de utilidade pública estadual, a Instituição Beneficente denominada COLMÉIA MENINA DE MARINGÁ.

Art. 2.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A Colméia Menina de Maringá é uma entidade assistencial que atende carentes do sexo feminino na faixa etária dos doze

aos dezessete anos. Sem fins lucrativos, a Colméia Menina de Maringá não possui renda própria e nem vem percebendo quaisquer auxílios de Órgãos públicos e particulares. Com extrema dificuldade para sobreviver, a Declaração de Utilidade Pública Estadual seria um passo significativo para o cumprimento dos objetivos a que se propõe a Colméia Menina de Maringá.

PROJETO DE LEI Nº 52/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada “RODOVIA JÚLIO ZACHARIAS”, o trecho rodoviário da PR-457, que interliga os Municípios de Nova Esperança, Florai e São Carlos do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem como escopo homenagear um dos pioneiros do Município de Nova Esperança, o Sr. Júlio Zacharias. Falecido recentemente, deixou um legado de trabalho e honestidade. Como pessoa humana, bom chefe de família, agricultor e político, lutou nos anos de 1951/52, pela emancipação política de Nova Esperança, sua luta continuou, elegeu-se vereador por várias legislaturas chegando a ser vice-Prefeito de Nova Esperança.

Pessoa de grande influência e de decisões altamente benéficas ao município, travou nova luta pela criação da comarca e foi vitorioso em sua reivindicação, obviamente com seus companheiros que sempre respeitaram e acataram sua incontestada liderança, o seu pioneirismo marcou época. Pela sua coragem e destemor em busca do progresso, sua figura humana ficou gravada para sempre nos semblantes dos nova-esperancenses.

Com o seu desaparecimento, ficou uma lacuna a ser preenchida, razão pela qual apresento o presente plano de lei, a fim de se prestar uma justa homenagem, que temos certeza merecerá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou aqui em mãos com o recorte de jornal, que me causou no mínimo estranheza, diz aqui Guapirama, da Sucursal de Jacarezinho: “O Deputado Federal Santinho Furtado, os Deputados Estaduais Hermas Brandão e Tadeu Lúcio Machado, do PMDB, saíram decepcionados, quinta-feira, da reunião realizada em Guapirama, na qual foi eleita a nova diretoria da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro.

Os Deputados, juntamente com os prefeitos do PMDB da região, haviam proposto uma chapa mista, em que figurava como Presidente o Prefeito Mário Augusto Pereira, de Ribeirão Claro, do PMDB”.

Vê que malandragem, tinham só onze votos em dezesseis e propuseram o Presidente, veja a malandragem dos nobres Deputados Hermas Brandão e Tadeu Lúcio Machado, esse Santinho Furtado é um imoral, desse eu não quero nem falar.

Mas os Deputados Hermas Brandão e Tadeu Lúcio Machado, que os tenho em grande apreço, grande respeito, grande admiração, fizeram uma proposta marota, imaginem, com 11 votos em 16, proporem como Presidente o Prefeito Mário Augusto Pereira, do PMDB, e como Vice, regra três, o PDS.

Ora, quem pode mais exige, exige o mais, não disse esses dias o nobre Deputado Roberto Requião, nesta Casa, que é o império do Governo? É o governo que tem a caneta que nomeia e desnomeia, então o império de quem tem a maioria é de quem tem 16 em 11.

Por que a decepção dos nobres Deputados Hermas Brandão e Tadeu Lúcio Machado? Recuso-me a falar de um senhor Santinho Furtado, que em Jacarezinho foi um imoral, num comício público, disse palavões de baixo calão a senhoras que assistiam o comício. Recuso-me a falar desse cidadão.

Para mim não existe um homem que quer representar a opinião pública e é imoral, mas falo de dois Deputados que respeito, que tenho apreço, que tenho admiração, um como Prefeito de Andirá, grande prefeito, homem correto, leal, decente e inteligente, e o Tadeuzinho, grande Deputado, homem extraordinário, ficaram decepcionados porque queriam com 11 votos ganhar de 16, brincadeira tem hora, brincadeira tem o “clock”, tem relógio, que que é isso!

Mas o pior é que o Deputado Hermas Brandão afirmou depois da reunião, que fez o que pode, vejam bem, para que os Municípios do Norte Pioneiro ficassem unidos, unidos do lado deles. São uns gozadores mesmo, hein? São gozadores, fizeram tudo para que os municípios do Norte Pioneiro ficassem unidos nas suas reivindicações, em detrimento do partido político, mas o que é homem público senão a representação política, senão a fidelidade à sigla que os elegeu? Que queriam os nobres Deputados? Perfilar ao lado de traidores ou ao lado de homens de bem, que colocaram acima das conveniências pessoais as suas convicções partidárias?

Estou muito admirado e até decepcionado, quando vejo um homem que é um “gentleman”, elegante no falar, no vestir, no andar, no comportamento, como é o Deputado Hermas Brandão e o Deputado Tadeu Lúcio Machado, herdeiro de uma tradição, herdeiro de um pai que foi combatido, de um pai que lutou, que brigou, que estava por baixo mas que era um homem corajoso na tribuna, o que é que ele queria, que um homem público abdicasse das suas convicções políticas para votar sob cabresto?

O que tem o PMDB a oferecer? Nada.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência lamenta mas comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sei que Vossa Excelência não lamenta, mas Vossa Excelência deu graças a Deus, que o meu tempo terminasse. (Risos) (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, queria só saber se estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência está inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Em terceiro lugar?

O SR. PRESIDENTE — Terceiro lugar.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Um clima de justificada revolta toma conta, hoje, de um dos mais importantes segmentos da sociedade de Cascavel, e do oeste paranaense em virtude de declarações, da maior gravidade, prestadas pelo Secretário dos Transportes do atual governo, durante o “Encontro dos Prefeitos” e outras autoridades dos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa

Catarina e Rio Grande do Sul, ocorrido na última semana naquela cidade. São simplesmente estarrecedoras as palavras de Sua Excelência o Deputado Deni Schwartz, ao classificar de "bando de vigaristas" advogados que militam nas regiões Oeste-Sudoeste.

Os advogados de Cascavel, após se reunirem para uma tomada de posição, decidiram-se inicialmente pela divulgação de uma "nota de repúdio" da classe às declarações do Secretário dos Transportes, para depois enviarem ofício ao Chefe do Executivo Estadual, além de medidas judiciais que o caso impõe.

Estranhamos e lamentamos profundamente tão desagradável episódio. Primeiramente, porque sempre tivemos Sua Excelência o Deputado Deni Schwartz, na conta de um homem extremamente ponderado e incapaz de explosões assim incontrolláveis. Em segundo lugar, porque sabemos serem os advogados do Oeste-Sudoeste imerecedores de um tratamento desta natureza e que os coloca à execração pública.

Lamentamos que as afirmações, gravíssimas, por terem sido feitas por um homem do primeiro escalão governamental, representem obviamente a opinião do Governo a que o mesmo pertence. Daí a imperiosa necessidade de um melhor esclarecimento por parte do Sr. Secretário dos Transportes, sobre os fatos por ele denunciados e que sejam, efetivamente, comprovados, a fim de que as acusações formuladas em sentido genérico, não atinjam todos os integrantes da nobre classe dos advogados, em nosso Estado.

É de nosso inteiro dever, como homens públicos detentores de mandato eletivo, solidarizarmo-nos a toda e qualquer crítica contra atos de improbidade administrativa. A corrupção é um cancro terrível que precisa ser eliminado, em definitivo, da vida administrativa de qualquer Estado. Mas, para isso, precisamos nos munir de provas irretorquíveis para acusar. Não se pode deixar no ar denúncias com conotações tão sérias, apenas por vedetismo retórico, o que representa uma cruel leviandade, já que agride também pessoas comprovadamente honestas.

Solidarizamo-nos, Sr. Presidente, aos sentimentos de indignação que se apossaram dos advogados de Cascavel e das demais regiões do nosso Oeste-Sudoeste paranaense, diante das adjetivações tão pesadas com que o Sr. Secretário dos Transportes do atual governo os classifica.

Por outro lado, dirigimos nosso apelo a Sua Excelência, para que publicamente nomeie os "advogados vigaristas" e aponte, sem titubeios, os atos de corrupção em que estiveram envolvidos. Porque somente assim isentamos de culpa toda uma briosa e respeitável categoria profissional, que tantos serviços assinalados presta às comunidades do interior de nosso Estado. Que os verdadeiros corruptos, os vigaristas de verdade, os aponte o Deputado-Secretário de Estado, para que sejam processados na forma da lei e merecidamente punidos".

Era só.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Erondy Silvério já fez uma preleção da eleição da Associação dos Prefeitos do Norte Pioneiro.

Nós, com todo o respeito que temos pelo Deputado Hermas Brandão, com toda admiração que temos pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado, que respeitamos, ao ficarmos sozinhos, quando em conjunto com o Deputado Santinho Furtado, abandonaram os companheiros que os esperavam numa confraternização, causou espécie. Seria a mesma coisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa do meu Paraná, de vírmos aqui numa minoria e quisésemos impor que a Presidência da Casa fosse nossa. Isso é uma anomalia. Trinta e quatro perder para vinte e quatro seria uma barbaridade. Nem por isso nos retiramos. Ficamos,

fizemos uma posição e ficamos em nosso lugar. Não fizemos um fiasco. Não fizemos uma falta de consideração com os nossos companheiros, de quem muitas vezes divergimos, mas respeitamos na hora de dizer quem manda, quem pode, quem obedece e quem precisa.

Seria o cúmulo da barbaridade ao Presidente Trajano Bastos ser indicado como nosso Presidente e nos retirarmos, demonstrando falta de educação. Porque seria uma desconsideração não só para com o Presidente, mas com o Paraná, que mandou a maioria, na Bancada do PMDB, para esta Assembléia.

Foi o que aconteceu, infelizmente, com o Deputado Federal Santinho Furtado, o meu companheiro, amigo, Hermas Brandão, ex-companheiro de partido e meu amigo Tadeu Lúcio Machado.

Deixaram os Prefeitos do Norte Pioneiro e a população estarrecidos com a falta de consideração. Talvez, por não sabermos perder. Talvez, por saber que a derrota é amarga. Mas, acima da derrota, está a consideração com os companheiros prefeitos e com aquele Deputado que estava sentado lá. Porque, estávamos sentados ao votarmos neste grande Presidente que é nosso e que respeitamos.

Naquele impacto, quando Santinho Furtado numa sala procurava acabar os votos dos nossos Prefeitos honrados, queria dizer a ele que os mais burros dos nossos prefeitos conserta relógio debaixo d'água com luva de boxe.

Então, isto eu não censurei, mas causou-me espécie. Dizíamos hoje, amanhã e sempre que a política é a arte de fazer amigos. Havia um Deputado do PDS sentado num canto e nem sequer o Deputado Hermas Brandão e o Deputado Tadeu Lúcio Machado foram cumprimentá-lo. Será porque somos humildes ou será porque não engolem o amargor da derrota?

Então, eu dizia quando saímos da nossa convenção, da nossa reunião, da ingerência indébita dos Deputados irem à reunião de Prefeitos dar a sua opinião.

Deveriam ser como nós, meros expectadores e dessem a vitória a quem merecesse, como mereceu ontem o Atlético. Dessem a vitória, porque onze não poderiam ganhar de dezesseis, a não ser que eles assinassem o atestado de burrice. Isto era impossível, porque no dia da reunião Tadeu Lúcio Machado e meu companheiro Hermas Brandão e Santinho Furtado estavam como cego em tiroteio. Porque viram a derrota dos seus prefeitos. Não a derrota, mas a união.

Queria dizer ao Deputado Hermas Brandão que ameaçou os nossos prefeitos, que o respeito, Não sei até quando ele vai ficar no PMDB, mas, enquanto ele estiver, eu o respeitarei, se ele for para outro partido e o respeitarei também. Mas, o que não temos, é medo de ameaças.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os estudantes secundaristas manifestaram sua insatisfação com a discriminação que lhes foi imposta pela Senhora Secretária da Educação, que preteriu a entidade representativa da classe, a União Paranaense dos Estudantes Secundários - UPES, na composição do Conselho Estadual de Educação.

O Presidente da UPES, estudante Walmor Stédile, declarou que "esta decisão da Secretária Gilda Polí Rocha Loures, contraria a promessa feita pessoalmente pelo Governador José Richa, durante a campanha eleitoral, e o compromisso assumido com os estudantes paranaenses".

A Secretária da Educação devolveu o ofício que lhe foi dirigido pela UPES, reivindicando o cumprimento do que fora prometido e esta decisão, segundo o Presidente da UPES,

“repercutiu muito mal, junto à classe estudantil, que esperava ter participação no Conselho Estadual de Educação”.

A insatisfação dos estudantes, de acordo com o Presidente da UPES, deve-se ao fato do Governador José Richa ter-se manifestado favoravelmente à participação dos estudantes secundários no Conselho Estadual de Educação, durante o encontro realizado na Casa do Estudante Universitário, ocasião em que estiveram presentes todas as classes ligadas à Educação no Paraná.

O Sr. José Richa assegurou que desenvolveria seus esforços no sentido de garantir, não somente a presença dos professores, como de todos os demais segmentos da educação, na formação do Conselho. Depois que o candidato do PMDB assumiu o Palácio Iguazu, o procedimento foi outro.

Voitou as costas às reivindicações dos secundaristas e ignorou o compromisso que assumira.

Dáí decorre a decepção dos dirigentes da UPES e dos seus associados, que são milhares de estudantes secundaristas distribuídos por todo o Paraná.

Ao manifestar a nossa solidariedade a esses jovens, queremos reafirmar-lhes o nosso apoio, com a realização de trabalho de permanente vigilância, como representantes da oposição nesta Casa, sobre aqueles que transformaram fundadas esperanças em vãs promessas para a conquista do poder, com a conseqüente decepção de seus eleitores.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O movimento Nacional de Acadêmicos, Professores e Profissionais de Farmácia e Bioquímica, contra a aprovação do Projeto de Lei 6717/82, que tramita na Câmara Federal, de autoria do Senador José Lins, está a merecer a atenção desta Casa, conforme o que vem acontecendo em outras Casas de Leis a nível municipal e estadual neste País.

O referido projeto de lei visa estender através de regulamentação da profissão ao ingresso no Curso de Ciências Biológicas, modalidade médica e o direito de exercício de análises clínicas laboratoriais, análises toxicológicas, bromatológicas, radiológicas e etc.

Esta ampliação de direitos para o exercício de tais atividades, configura-se como intromissão de atuação profissional historicamente de competência de farmacêuticos, bioquímicos e de médicos patologistas clínicos, que são especialistas, legal e cientificamente habilitados para o desempenho das funções em questão.

Cumpramos ressaltar que nos últimos anos criou-se o Curso de Biomédica, a nível superior, com o objetivo exclusivo de formar profissionais para o exercício do magistério em disciplinas básicas das faculdades da área de saúde.

Assim, o currículo do curso de biomédica é composto de disciplinas por demais abrangentes, que não apresentam o suficiente aprofundamento para o domínio técnico e científico, indispensáveis ao exercício de uma atividade específica como as Análises Clínicas.

O preparo para o exercício dessas atividades laboratoriais exige, a par de conhecimentos científicos próprios, adquiridos teoricamente, o desenvolvimento prático, objeto de trabalho escolar com carga horária suficiente e em salas e laboratórios especiais, o que não se verifica na execução dos programas curriculares do Curso de Ciências Biológicas, modalidade médica.

Pela análise retrospectiva da breve história desse tipo de curso no Brasil, verifica-se que pela saturação do mercado de trabalho no magistério superior, uma vez que este é bastante

limitado para abrigar um número cada vez maior de professores formados por dezenas de faculdades, procura uma forma de sobrevivência profissional e de serventia adicional, pressionando a penetração em área afim, em flagrante prejuízo às profissões consagradas de farmácia e bioquímica e de medicina patológica.

É inadmissível a pretensão de salvar a continuidade de um curso de magistério às custas do conceito e da divisão de áreas, de atividades profissionais de cursos nobres, que vêm atendendo convenientemente um mercado de trabalho que já acusa também sinais evidentes de saturação.

Com isto, a atribuição da especialidade de Análises Clínicas ao Curso de Biomédica, por aprovação do Projeto de Lei número 6717/82, apenas iria complicar ainda mais a situação do desemprego na área que, na atualidade, cabe evitar.

Outro aspecto diz respeito ao precedente gravíssimo que representa a divisão de atividade profissional, de cursos consagrados por outros mais recentes e sem o conteúdo e a programação exigidos. Pois, se tal ocorrer, estará estimulando outras e novas incursões por parte de cursos de menor prestígio interessado em áreas de exercício profissional de cursos nobres implicando, com isso, na própria descrença conceitual do ensino superior brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registro, desta tribuna, o empenho dos acadêmicos e profissionais de farmácia e bioquímica de todo o País, no sentido de evitar que o Projeto de Lei 6717/82, seja aprovado, impedindo não apenas prejuízo a interesses profissionais da classe, mas inclusive a todo o sistema de saúde do Brasil.

Requeiro ainda, Sr. Presidente que seja encaminhada à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em Brasília, através dos Deputados paranaenses Luiz Carlos Borges da Silveira, Presidente, Oscar Alves e Alcení Guerra, integrantes da referida Comissão, a reivindicação dos acadêmicos e profissionais de farmácia e bioquímica de nosso Estado, para que aqueles ilustres Parlamentares se posicionem contrariamente à aprovação de tão injusto projeto de lei.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes tivemos o prazer de ouvir as considerações do eminente Deputado Erondy Silvério a respeito das eleições realizadas no Município de Guapirama, para escolha da Comissão Executiva da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro.

O Deputado Erondy Silvério, apesar de não pertencer àquela região, ficou preocupado com o acontecido, porque realmente a situação é preocupante. Preocupante pela atitude antidemocrática tomada pelos Prefeitos do PDS que não aceitaram a participação dos Prefeitos do PMDB que lá estavam, dispostos também a participar da Comissão Executiva daquela entidade, pois entendiam que uma Comissão Executiva de qualquer Parlamento ou qualquer entidade, para ser realmente democrática, deve ter a representação de todas as correntes ali existentes.

Mas o que aconteceu, Sr. Presidente, Srs. Deputados? O Prefeitos do PDS, acostumados com o arbítrio e a prepotência dos quase 20 anos que mandaram neste País, fizeram uma única chapa onde constava, do presidente ao último cargo, nomes de Prefeitos pertencentes ao partido do Presidente João Figueiredo, já que foi dado o nome da chapa então do PDS. Qual foi a atitude do PMDB? Saíram do recinto porque a questão estava fechada. Saíram sem uma manifestação sequer. Reuniram-se numa sala ao lado e decidiram que não deveriam mais participar

daquela reunião porque não estavam sendo aceitos, porque existia uma só chapa e nela não constava o nome de nenhum prefeito do PMDB. Saímos sem protestar.

Mas, qual foi o nosso estarecimento, que na nossa ausência, Prefeitos do PDS e o Deputado Gabriel Manoel atacavam com palavras de baixo calão a minha pessoa, a pessoa do Deputado Hermas Brandão, a pessoa do Deputado Santinho Furtado e a pessoa do Governador José Richa.

O que nos restava, a não ser o protesto através da imprensa, já que aquele fórum de debates, o fórum de debates dos Prefeitos do Norte Pioneiro estava sistematicamente fechado aos homens do PMDB?

Esta, sim, é a atitude anti-democrática tomada pelos homens do PDS, acostumados à prepotência.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não deveríamos nem vir a esta tribuna para responder mas quando vejo o elegante, o nobre, o ex-Líder do PDS nesta Casa, um homem que sempre respeitei pela maneira decente como se comporta daquela tribuna, chamar de imoral um homem que foi suplente de Deputado Federal na legislatura anterior, chamar de imoral um homem que obteve quase 50 mil votos e se elegeu Deputado Federal nesta legislatura, chamar de imoral um agricultor laborioso, um homem honesto e aqui faço um desafio a Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, procure e me prove qualquer ato que caracterize a imoralidade do eminente Deputado e Líder do Norte Pioneiro Santinho Furtado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sangrou-se em saúde um Deputado jovem, um Deputado que se constituiu, realmente, numa das esperanças do Paraná jovem.

Quando digo isso, do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, não faço para agradá-lo, porque não tenho motivos para isso.

Longe de mim agradecer homem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas longe de mim, também, cometer injustiça, não reconhecer num Deputado que é o herdeiro legítimo das tradições de seu pai, nesta Casa, que nós tanto admiramos pela sua luta em favor da democracia, em favor dos mais humildes, em favor do Paraná.

Nós, realmente, divergimos muitas vezes do nobre Deputado Benedito Lúcio Machado. Quantas e quantas vezes nós verberamos o seu procedimento nesta Casa, quando ele atacou funcionários indefesos, quando ele tinha tantos e tantos motivos para assumir a tribuna, como de fato ele assumia, quase que diariamente nesta Casa, para lutar em favor do Paraná. Mas, sempre o respeitamos, por um motivo, porque víamos em Benedito Lúcio Machado um Deputado autêntico, um homem do povo, um homem sofrido como sofridos foram tantos, da Oposição, que lutaram pela democracia no Brasil. E, quando veio para esta Casa, talvez até num clima emotivo que causou o falecimento que tanto deploramos, tanto sentimos e tanto lamentamos. Então, confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não tínhamos assim tantas esperanças no jovem Deputado. Ledo foi o nosso engano. O Deputado Tadeu Lúcio Machado honrou as tradições do seu pai, Constituiu-se num Deputado batalhador, elegante, educado, sem radicalismos, e a prova disto foi sua reeleição por larga margem de votos. Mas, espera aí. Não vou aceitar, a crédito de estudo, que ele fez na Casa, não vou aceitar que ele defenda aqui um Deputado que pode ter tido até 500 mil votos, que pode ser um agricultor honesto e ninguém levantou aqui nenhuma dúvida quanto a honestidade do Sr. Santinho, mas que é um imoral, porque, num comício público, em Jacarezinho, proferiu palavras de baixo calão, sem respeitar as senhoras, as crianças e o bem mais supremo que

temos são as crianças, ninguém pode violentá-las, como as violentou o Deputado Santinho, num comício, em Jacarezinho, que eu assisti. Amoral, safado, sem-vergonha. Não pode, jamais, ser um Deputado representante do povo, porque a ninguém é dado o direito de ofender, de achincalhar, de proferir injúrias, calúnias, violentar senhoras, senhoritas e crianças, como fez o Deputado Santinho lá em Jacarezinho. E, disto sabe muito bem o Deputado Tadeu Lúcio Machado. Isto ele sabe muito bem, das palavras de baixo calão que tenho vergonha de repetir aqui, em respeito às senhoras taquígrafas, em respeito às senhoras funcionárias e em respeito às senhoras que assistem a esta sessão.

Falar em violência do PDS, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, é o direito da maioria, é o direito que Vossas Excelências estão usando hoje, para pisar, para vilipendiar, para admitir, para demitir, que não discuto as razões, absolutamente, é como diz o Deputado Roberto Requião, é o império do poder, da maioria, e Vossas Excelências estão usando essa maioria hoje, não nas mesmas condições que nós usamos a maioria no passado.

Vejam Vossas Excelências, até nas Comissões Permanentes da Casa, quando assinamos um protocolo com a Oposição, na oportunidade, quando tínhamos 34 Deputados e Vossas Excelências 24, em todas as Comissões em que a Presidência cabia à maioria, a Vice-Presidente cabia à minoria, isto foi contestado por Vossas Excelências. Nós, jamais usamos a maioria para pisar, para vilipendiar, para sacrificar, para esmagar, como Vossas Excelências estão fazendo. Isto não é democracia, isto é a frustração de 20 anos fora do Poder e que Vossas Excelências, lamentavelmente, não estão preparados para exercê-la. Por que, que Vossa Excelência diz que foi a ditadura do PDS naquela reunião, da eleição da microrregião?

É muito natural. Era uma eleição de Presidente de uma microrregião, era a eleição de uma Diretoria de microrregião, os dezesseis prefeitos ali presentes não aceitaram as pressões, não aceitaram as ameaças, mas comportaram-se como legítimos representantes da maioria da opinião pública de suas comunas.

Vossas Excelências não vão querer admitir que o Prefeito de Cambará que não foi o meu candidato, Prefeito Miguel Diniz, não representava a maioria do povo de Cambará. Vossas Excelências não podem admitir que o Juliano Dória, um jovem valor que desponta para a política, não representou a maioria do Município de Sengés e assim por diante.

Muito bem, Vossas Excelências, com o poder na mão, quiseram impor uma chapa e o nobre Deputado Hermas Brandão — não adianta o Deputado Roberto Requião cochichar. Não adianta. Estou vendo tudo. Não adianta. O meu argumento é irresponsável e concedo o aparte ao Deputado Tadeu Lúcio Machado que recebe, neste instante, as luzes das informações do Deputado Roberto Requião.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Nobre Deputado, realmente é um prazer receber luzes do Deputado brilhante como o Deputado Roberto Requião.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a Vossa Excelência. Vossa Excelência é que me honra com o seu aparte e Vossa Excelência é realmente um Deputado que representa o futuro da geração política do Paraná. Vossa Excelência não precisa de ser assessorado pelo nobre Deputado Roberto Requião.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Agradeço. Não há necessidade...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O nobre Deputado Roberto Requião perde para Vossa Excelência em experiência parlamentar, pode ganhar de Vossa Excelência em outros quesitos, mas na experiência parlamentar Vossa Excelência não precisa ser assessorado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me concede o aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concedo. Quantos Vossa Excelência queira.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Então pelo menos o primeiro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O primeiro, mas não será o último.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Tenho fé nisso. Permaneceremos vivos.

Nobre Deputado, sempre o admirei pelo seu brilhantismo, pela sua argumentação, pela sua facilidade...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, não precisa me admirar. São 30 anos de tabela.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Entretanto, Vossa Excelência, nesta hora, está cometendo talvez um deslize nas suas afirmações.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas meu Deus, Deputado. Senhor Presidente, mas que deslize? Será um deslize eu não aceitar...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Deixe eu concluir, Sr. Deputado. Se Vossa Excelência me concede um aparte, eu...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Será um deslize eu não aceitar a defesa que Vossa Excelência fez de um Deputado imoral, safado, que agride senhoras, crianças, numa praça pública em Jacarezinho? Qual é o deslize que estou cometendo? É por não aceitar que Vossa Excelência, que com 11 queira ganhar de 16? Mas qual é o deslize que eu estou cometendo, Sr. Presidente, Senhores Deputados? Qual é o deslize?

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Mas Vossa Excelência poderia permitir o diálogo?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas não estou cometendo deslize. Não faço injustiça.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Mas Vossa Excelência cometeu um deslize quando disse dessa tribuna que nós pressionamos prefeitos do PDS?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pressionaram mesmo.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Nobre Deputado...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Está aí a "Gazeta do Povo" e o nobre Deputado Hermas Brandão quê...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Isso não é verdade, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, permita-me por favor, ler aqui o que disse o nobre Deputado Hermas Brandão: "Vamos continuar olhando os municípios do Norte Pioneiro, da mesma maneira como vimos fazendo, só que não vamos mais ouvir e nem atender os Prefeitos do PDS".

É a palavra do Deputado Tadeu Lúcio Machado, é a palavra do Deputado Hermas Brandão...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — A minha palavra, Deputado? É a minha palavra?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... é a palavra do povo. É mentirosa. É mentirosa. Isso não é ameaça? Isso não é ameaça velada, safada, é ameaça de quem tem a maioria e não sabe usá-la.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Deputado, sempre o respeitei antes. Agora, quero respeito.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos) A Mesa comunica que é proibido discursos paralelos.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado Erondy Silvério?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, aceito o aparte, mas pertinente à matéria.

Agora, vem o Deputado Tadeu Lúcio Machado dizer que cometi um deslize.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Peço que Vossa Excelência me ouça, pelo menos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Aceito e dou quantos apartes foram necessários.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Mas me conceda, pelo menos um, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas, pertinentes à matéria,

porque o que não posso, Senhor Presidente, é permitir que o Sr. Deputado faça aqui a defesa do Deputado Federal Santinho não sei do que, que não pode ser Deputado, é um imoral.

(Discussão generalizada no plenário entre os Deputados Erondy Silvério e Tadeu Lúcio Machado).

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência ponderasse com o nobre, eminente, digno, e letrado Deputado Erondy Silvério, que não se referisse a um colega de Bancada Federal de imoral.

(É interrompido em seu pronunciamento o Deputado Nilso Sguarezi).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra, pela ordem, o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, a agressão de imoral para um Parlamentar...

(Novamente interrompido o Sr. Deputado Nilso Sguarezi)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência comunica ao orador que está na tribuna que está atendendo uma questão de ordem do Deputado Nilso Sguarezi.

Está com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Apenas para que Vossa Excelência restaure aqui a dignidade dos Parlamentares, que não podem ser atacados desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Solicito ao Sr. Deputado Erondy Silvério que me dê oportunidade de responder a questão de ordem levantada por seu colega. Concedi a palavra pela ordem e quero tempo para responder a palavra pela ordem. Se Vossa Excelência deter tempo à Mesa vou responder a palavra, pela ordem, levantada pelo Deputado Nilso Sguarezi.

Respondendo a questão de ordem de Vossa Excelência, reafirmo as advertências que já fiz em plenário, para o cumprimento do Regimento Interno.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, não aceito advertência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está suspensa a sessão por dez minutos.

(É suspensa a sessão por dez minutos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está reaberta a sessão. Concedo a palavra por quinze minutos restantes ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Renuncio aos quinze minutos em homenagem a Vossa Excelência que tem sido efetivamente um grande Presidente, como foi no passado como Líder do PMDB, democrata por excelência, homem de diálogo fácil, que nós ainda lembramos a convivência amiga que tivemos, Vossa Excelência como Líder do PMDB, da minoria; eu, como Líder do Governo e da Maioria, quando nós sempre discutimos pontos de vista divergentes, mas convergentes no interesse do Estado e da gente paranaense.

E, nesta oportunidade ou nestas oportunidades, sempre aprendi, o espírito cordial, conciliador, colaborador que nunca negou ao Governo Ney Braga os instrumentos necessários para que ele deixasse o Governo em boas condições financeiras que, segundo o Secretário de Finanças do Estado de Vossa Excelência, Senhor Garanhão, não sei o primeiro nome, Senhor Garanhão, é um dos cinco Estados administráveis da União.

Então, é um elogio para nós do Governo anterior. Isto devemos muito a Vossa Excelência, ao seu espírito conciliador, a colaboração que sempre recebemos da Minoria nesta Casa. Então não quero, absolutamente, Sr. Presidente, causar embaraço a Vossa Excelência. Votei em Vossa Excelência com o coração aberto, coração e espírito abertos. Se votei, quero que

Vossa Excelência seja um grande Presidente, quero que seja o Presidente que todos os Deputados sonham, almejam e esperam: equilibrado, sereno e justo; que não se deixe levar pelo Primeiro Secretário desta Casa, que não tem sido um bom Secretário, que tem causado embaraços até de ordem moral a Vossa Excelência.

Mas quero que Vossa Excelência termine o mandato consagrado, não só porque é lá do meu "rincão", é lá da minha Guarapuava, mas que é efetivamente um grande paranaense. Por isso, declino desses quinze minutos, porque não quero mais briga, porque alguém já disse: tem valente. Não sou valente, sou um homem de sessenta anos. Como é que posso ser valente — não posso ser valente, não posso, Sr. Presidente. Qualquer menino me dá um "tapa" e me derruba. Não quero apanhar aqui dentro desta Casa.

Então, para não apanhar, fico quieto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência registra com satisfação as presenças em plenário dos Srs. Vereadores de Tupãssi, Aparecido Damaceno e Amauri Vicentin e dos membros do Diretório do PMDB daquele município, os Srs. Bráulio Mendonça e João Jair Ribeiro.

No horário destinado às Lideranças, consulto ao PDS se fará uso do horário. Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará o uso do seu horário.

O SR. NILSO SQUAREZI — Esta Liderança concede por quinze minutos a palavra ao eminente Deputado Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, por quinze minutos, o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, o registro de mais um engano da Patrulha Rodoviária: o automóvel que buscava crianças na "Escola Tuiuti" não pertencia ao Governo do Estado, era um automóvel cedido pela gestão do Governador Ney Braga à Prefeitura de Medianeira, Prefeitura de "Segurança Nacional" e do PDS. Desta vez, a correção do fato cabe à própria Patrulha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se é fato inquestionável que os governos estaduais não podem resolver os problemas da retomada do desenvolvimento, não é menos verdade que não podem abandonar seus compromissos na área da saúde, da educação, da habitação e dos empregos. O combate à miséria absoluta é o compromisso da Oposição, dar suporte às grandes maiorias que, desorganizadas, não têm peso político para sustentarem os seus interesses. O Estado, único, grande e empregador que resta na crise brasileira, não pode cair na armadilha de ser obrigado a demitir em massa para fazer face à crise. Que cessem as grandes obras. Que não se dispersem recursos escassos em usinas elétricas e grandes vias. A prioridade é social, educação, saúde e habitação. O que se traduz em uma política de empregos.

Enquanto isto, devemos articular uma política que imponha retomada do desenvolvimento em outras bases, que decrete a necessária moratória das dívidas externas do País. Que realize as reformas necessárias que desaguem na Assembléia Nacional Constituinte e na eleição direta do Presidente da República.

Estamos onde estamos por um processo que não começou ontem. A presença da violência contra as massas e as populações marginalizadas, é inegável na formação política do País. Não podemos ocultá-la sob o mito do brasileiro cordial, ou sob a imagem histórica e bonachona de Pedro II.

Começamos a nossa civilização com índios caçados por Bandeiras, e escravos negros, com brancos marginalizados e degredados. Para reunir esta gente no trabalho, a violência foi empregada de forma absoluta e ilimitada. Há menos de cem anos ainda vivíamos em um regime de escravidão.

Se algum desejo nacional, desejo de vida comum, existe

neste País ontem e hoje, é o desejo de libertação das massas oprimidas. As massas têm que dar conta de suas vidas no Território brasileiro. Os colonizadores de ontem e de hoje voltam-se para fora. As atividades econômicas que ontem existiam em função do Reino, hoje existem em função da Europa e dos Estados Unidos, que é de onde provêm a ideologia dos setores dominantes. O desprezo com que eram tratados os negros e os índios, os brancos marginalizados e degredados por parte da Coroa Portuguesa, é o mesmo desprezo do atual Governo Federal e sua tecnoburocracia para com o povo, hoje.

Praticamos o capitalismo dependente. Não temos tecnologia própria. Nossas elites governantes se parecem muito mais com as elites dos países desenvolvidos, do que com o povo brasileiro. O povo é contido pela violência, sob diversas formas, das quais a segregação é a mais usada e mais cruel. A distância social entre as regiões ricas e pobres é enorme. O baixo consumo de proteínas tem provocado a redução da estatura física e embotado inteligências no interior deste Brasil. Ao redor das cidades, as favelas dão o testemunho de uma política de desenvolvimento que nunca levou em conta o povo, o homem brasileiro.

A marginalização do povo se completa pela sua ausência no processo político das decisões. A perspectiva verdadeiramente nacional, é a perspectiva da luta das populações marginalizadas ao longo do tempo e da História deste País.

Do ponto de vista histórico, a grande questão nacional não é apenas a passagem de um estágio de desenvolvimento a outro, dentro de uma sociedade homogênea. A grande questão nacional é a integração de homens de origens diversas, que uma minoria branca juntou pela força, em função de seus interesses. A diferença entre a maioria dominada e a minoria oligárquica é bem clara e encontra sua base na exploração econômica, uns a querer consolidar a Nação, outros voltados para fora, tanto no que se refere aos interesses econômicos, com a posição ideológica.

Com segurança podemos afirmar que vivemos num País moderno, boas comunicações, bom parque industrial, somos aliás a sétima potência industrial do mundo, no entanto a aspiração nacional de constituirmos uma comunidade em que as pessoas sejam respeitadas, é ainda um objetivo a ser alcançado.

No processo de modernização do País, é inegável que algumas parcelas da população chegaram a conquistar alguns direitos, a maioria no entanto está como sempre esteve, marginalizada, a questão política é que não pode existir o Brasil, sem que existam brasileiros, o poder nacional tem que ser representativo das classes e camadas interessadas em consolidar a Nação.

Se em outros países a questão nacional é uma etapa histórica ultrapassada, no Brasil ela se funde e confunde com a questão da participação popular e a questão da democracia.

É o objetivo político a ser alcançado, a Pátria nacionalista, democrática e popular.

O Governo nacionalista e democrático nos Estados deve se concentrar em política de emprego, habitação, educação e saúde, enquanto cobra do Poder Central as reformas necessárias para retomada do desenvolvimento em novas bases.

Esse processo deve desaguar nas eleições diretas para Presidente da República e na convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

A frente nacional é supra partidária, acima das patrulhas rodoviárias ou ideológicas, ridículas patrulhas, que não foram tocadas pelo sentido da história, incapazes da grande solidariedade social, patrulhas que não sentem a urgência deste País se assumir como Nação.

Os partidos políticos são os instrumentos para isso se dispuserem a ser permeáveis a participação do povo e com isso costurarem propostas para Nação inteira.

Para finalizar, Srs. Deputados, uma citação antiga e oportuna, já é tarde mas ainda é tempo.

Obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do restante de seu horário.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, esta Liderança consulta Vossa Excelência para saber quantos minutos ainda restam.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vinte minutos.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Então nós concedemos a palavra, por dez minutos, ao ilustre Deputado, Sr. Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Hermas Brandão, por dez minutos.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Sr. Presidente, nobres Deputados. (Lê):

"Assistimos, na última quinta-feira, na cidade de Guapi-rama, por ocasião da eleição da Comissão Executiva da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, um singular exemplo de prepotência política. Reunindo 27 chefes de executivos municipais daquela região do Estado, sendo 16 do PDS e 11 do PMDB, esperávamos que, bafejados pelos ventos da tão propagada abertura desencadeada e enaltecida pelo Governo Federal, os Srs. Prefeitos do PDS ligados à AMUNORP aceitassem as regras de uma eleição substancialmente democrática. Infelizmente, esse tipo de procedimento não houve. Liderados pelo ilustre Deputado Gabriel Manoel, os chefes do executivos do PDS acabaram fechando questão em torno de uma chapa composta unicamente por Prefeitos pedessitas, deixando de lado uma chance de compor uma chapa extremamente democrática, com a participação de prefeitos de ambos os partidos. Perdida a chance, veio uma observação que mais parece um aviso. O Sr. Prefeito de Jundiá do Sul, Mendes de Melo, ex-Deputado Federal por Santa Catarina, chegou inclusive a dizer, na reunião, que os Prefeitos do PDS daquela região não precisavam do auxílio e nem da proteção política do Governo Estadual, porque estavam sendo muito bem atendidos pelo Governo Federal. Acreditamos que tal observação, por ser pequena demais, não merece considerações complementares. O que importa dizer, no momento, é que durante a eleição da Comissão Executiva da AMUNORP, o PDS realmente perdeu a sua primeira chance de demonstrar a abertura política que tanto prega por esse Brasil afora. Lamentamos a interpelação do nobre Deputado Gabriel Manoel, uma vez que, se procurou defender os Prefeitos do PDS, acabou prejudicando o sistema democrático que nós, nesta Casa, vimos defendendo desde o primeiro dia de nossos mandatos parlamentares.

Os Srs. Deputados do PDS ou até mesmo o nobre Deputado Gabriel Manoel poderá alegar o direito da Maioria de eleger a chapa que bem entender. Acontece que nos tempos em que vivemos, o diálogo substitui essa imperiosa obrigação ou direito da maioria eleger os seus preferidos. Temos que dialogar, conversar, aceitar, conceder, e não impor, abusar do direito de vilipendiar uma prática que se torna obrigatória no Brasil de hoje. É essa a versão que gostaríamos de deixar aqui registrada sobre os fatos ocorridos durante a eleição da Comissão Executiva da AMUNORP."

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço ao aparte de Vossa Excelência e logo em seguida o nobre Deputado Tuguio Setogutte responderá a Vossa Excelência quanto à questão que o traz à tribuna.

Apenas aproveito, porque não há tempo útil, para fazer um apelo a Vossa Excelência. Vossa Excelência que é um dos Deputados que muito estimo, muito respeito nesta Casa, e que tem efetivamente muita influência junto ao Sr. Governador José Richa, que Vossa Excelência é um líder na região do Norte Pioneiro.

Acabo de receber neste instante a visita da senhora esposa do funcionário Antônio Ferreira da Luz, que está desempregado desde outubro de 81. Essa senhora está ali, chorando, abalada, triste, porque ela entrou na fila da inscrição na PROVOPAR e não foi aceita. Não sei sob que argumento; mas vou passar às mãos de Vossa Excelência a carteira profissional daquele desempregado. Contribui pessoalmente para a PROVOPAR; tanto física como juridicamente. Então, acho que não pode haver discriminações. Acho que o Governador José Richa está fazendo um esforço incomum. Ele teve uma atitude belíssima em descer, dialogar com os desempregados. Aplaudimos a atitude da PROVOPAR, estamos solidários com essa campanha, mas não aceitamos discriminações. Então dentro de breves instantes, vou passar às suas mãos a carteira profissional, Carteira de Trabalho daquele cidadão e saber de Vossa Excelência que é Vice-Líder do Partido, o porquê não foi aceita a sua inscrição para receber alimentos, distribuídos aos desempregados.

Agradeço a atenção de Vossa Excelência e transiro, com a sua permissão, o aparte ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O Sr. Tuguio Setogutte — Muito obrigado pelo aparte, Sr.

Deputado Hermas Brandão. Nós que o conhecemos desde há muito, inclusive na sua parte executiva quanto parlamentar, que agora desponta, e nesta tarde traz, com seu conhecimento e sua sabedoria, da sua região, principalmente, os termos que muito interessam a esta Casa. Só queríamos lembrar ao ilustre Deputado que não participamos, porque não pertencemos àquela região. Mas queríamos, de antemão, ressaltar e relembrar a Vossa Excelência que a nossa Associação dos Municípios do Estado do Paraná, que é a mais importante que congrega relativamente, a participação de todos os municípios do Estado, também não foi obedecido o critério da democracia participativa. Houve, inclusive, um candidato que se propunha a fazer uma chapa com Prefeitos das duas maiores siglas que atualmente atuam no Brasil, e me parece que houve, dentro de um consenso do partido, para que fosse retirada. Queremos dizer, ficou praticamente resumida a nossa grande Associação do Estado do Paraná, que merece todo o nosso respeito, inclusive o seu presidente, os maiores elogios, pela sua atuação, não só parlamentar como executiva, pela segunda vez, o registro de que realmente não é tanta a democracia pregada por Vossa Excelência e que, naquela oportunidade, frustrou a muitos Prefeitos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Nobre Deputado Tuguio, informamos a Vossa Excelência que por causa da eleição da Associação dos Municípios do Paraná, foi tentado um acerto convocando também Prefeitos do PDS. E o PDS naquela ocasião representado pelo Prefeito de Mandirituba, se não me falha a memória, recusou tal acerto. Por isso não houve esta composição. Mas, recusou baseado no não aproveitamento...

O Sr. Tuguio Setogutte — 3ª chapa optativa que seria composta pelos dois Partidos.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Não, nós primeiramente fizemos dentro do nosso Partido, que deveria disputar só uma chapa. Deveríamos indicar só uma chapa. Tivemos a participação das 2 chapas. Democráticamente a chapa liderada pelo grande Prefeito Nivaldo Kruger. E o PMDB houve por bem apoiar Nivaldo Kruger como Presidente da Associação dos Municípios do Paraná. E o PDS naquela ocasião se furtou em participar da chapa encabeçada por Nivaldo Kruger.

Respondendo agora ao ilustre Deputado...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — No caso da Associação dos Municípios do Paraná, acho que é bom que fique claro que o PDS, na oportunidade, contava com a divisão das duas chapas

que disputaram encabeçadas por Deputados do PMDB. Uma pelo Prefeito de Paranavaí, Pinto Dias, e outra pelo Prefeito de Guarapuava, Nivaldo Kruger.

É o Prefeito de Mandirituba contando com a incisão, achava que na divisão ele sairia eleito Presidente da Associação dos Municípios.

Uma jogada inteligente, e até perfeitamente respeitável. É uma prática democrática.

Acontece que infelizmente não deu certo. Não deu certo, queimaram no pé e não quiseram participar da chapa encabeçada então, pelo Prefeito do PMDB de Guarapuava, Nivaldo Kruger.

Agora, o que aconteceu no Município de Guapirama na quinta-feira, foi totalmente o inverso. Não deixaram, não nos deram oportunidade nem se quer de dialogar. Fecharam questão em torno da chapa Presidente Figueiredo, que era composta somente por Prefeitos do PDS e não deixaram a nós nem o direito de dialogar, de tentar compor.

É a prova da violência que se comete neste País, contra a democracia.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos 10 minutos restantes.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Esta Liderança concede a palavra pelo tempo que nos resta ao eminente Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupando a tribuna desta Casa na última quarta-feira, o Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, entre outras denúncias, afirmou a existência de uma irregularidade envolvendo a Fidepar e a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Disse textualmente o Deputado Luiz Alberto, no plenário desta Casa: na Fidepar foram demitidos 8 empregados com salários abaixo de 60 mil cruzeiros e admitido um advogado partidário do PMDB, um advogado que tem o dom da ambigüidade, porque, ele está em Curitiba e está na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Esse advogado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ganha aqui na Fidepar 365 mil cruzeiros e na Universidade Estadual de Ponta Grossa ganha como diretor e professor em tempo integral, mais de 700 mil cruzeiros. Esse o texto da denúncia formulada pelo nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Existem tantas patrulhas além da rodoviária, parece-me que uma na Delegacia Regional do Trabalho, devidamente gabaritada. Mas, que fornece ao Líder do PDS informações incompletas e que levam o mesmo a fazer denúncias envolvendo gente decente e de um passado muito sério na região dos Campos Gerais.

Este advogado citado pelo Deputado Líder do PDS chama-se Luiz Rodrigues Vambier.

Ele foi admitido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na Fidepar, exatamente no dia 15 de março de 1983. E saiu da Fidepar no dia 11 de abril de 1983, como prova um documento que já entreguei pessoalmente ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Vejam bem, saiu da Fidepar em 11 de abril de 1983 e somente foi designado para um cargo comissionado na Univer-

sidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 15 de abril, portanto quatro dias após ter sido desligado da Fidepar e por Portaria do Magnífico Reitor de Ponta Grossa, ele foi designado para ocupar o cargo comissionado de Diretor de Assuntos Comunitários.

Portanto, não houve a ocupação simultânea de cargos e a percepção de vencimentos de dois cargos.

Sr. Presidente, nobres Deputados, o Governo José Richa passa brilhantemente por um grande teste, o jornal "Folha de São Paulo", em sua edição de ontem, publica o resultado de uma pesquisa realizada por aquele jornal, abrangendo posicionamento popular em torno dos Governos de...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Um momentinho, no que termine meu raciocínio, nobre Deputado.

Abrangendo a atuação de Montoro em São Paulo, Brizola no Rio, Tancredo, em Minas Gerais e Richa no Paraná. A pesquisa no Paraná foi realizada exclusivamente aqui em Curitiba, na nossa Capital.

E o que aponta esta pesquisa? Apenas 13,9% das pessoas consultadas em Curitiba estão decepcionadas com o Governo José Richa. Vejam bem, apenas 13,9% é que estão decepcionadas com Richa.

Vemos que, 22,9% acha que está melhor do que se esperava, portanto acreditam e têm a certeza de que Richa está realizando muito mais do que o próprio povo esperava. 30,9% das pessoas consultadas em Curitiba acham que Richa está realizando muito mais.

Acredito que as críticas feitas pelo PDS, pela sua bancada nesta Casa, que começaram antes da posse de José Richa. Antes da posse de José Richa não estão encontrando apoio entre a população curitibana!

E se Richa é o homem que está interiorizando o Governo do Paraná e mais do que nunca prestigiando o nosso interior há de se perguntar, e no interior qual seria a imagem?

Uma pesquisa que se realize no interior do Paraná, temos a certeza de que não acusará nem mesmo dez por cento de pessoas decepcionadas com Richa.

As denúncias que estão sendo realizadas a maior parte delas rebatidas pelos órgãos do Governo Estadual e por nossa bancada estão ainda fortalecendo mais, a cada dia que passa, o nosso Governo.

Concedo, pela ordem, o aparte ao nobre Líder Luiz Alberto de Oliveira, da Bancada do PDS.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Deputado Edmar, realmente recebi das mãos de Vossa Excelência uma correspondência datada do dia 12 de maio do Dr. Luiz Rodrigues Vambier, através da qual ele não nega o fato de ter sido contratado como advogado da FIDEPAR e reporta-se ao fato de ter assumido as funções de Diretor de Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 15 de abril, enquanto teria sido exonerado, ou como para usar a sua expressão — "teria sido providenciado meu efetivo desligamento da FIDEPAR no dia 11 de abril".

Para que possa estabelecer um juízo definitivo, gostaria de informar-me com Vossa Excelência, de vez que, Vossa Excelência é um dos representantes de Ponta Grossa; Vossa Excelência conhece o regime de trabalho do Dr. Luiz Rodrigues Vambier, na Universidade Estadual de Ponta Grossa?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Conheço, nobre Deputado.

Ele trabalha em regime integral a partir do dia 15 de abril.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — E antes do dia 15 de abril, ele trabalhava em que regime?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Ele trabalhava em regime semi-integral, mas isso bem antes quando exerceu a Chefia do Departamento de Direito.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Regime semi-integral? É de quantas horas?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Não lhe posso afirmar. Ele se desligou do Departamento de Direito por ter vencido o seu mandato. Agora, gostaria de colocar Vossa Excelência na seguinte posição: os fatos me foram dados; as provas lhe foram dadas. Se Vossa Excelência quer pesquisar sobre outros fatos, as portas da Universidade estão abertas a Vossa Excelência, sem patrulhas.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Conheço os dados e não só os dados da Universidade Estadual de Ponta Grossa, mas eu tenho, pelo poder fiscalizatório que é inerente ao mandato de Deputado Estadual, tenho possibilidade de fazer as investigações que julgar convenientes.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Respitamos o direito de Vossa Excelência.

(DISCUSSÃO PARALELA).

... porque existia um cargo de Diretor...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — É exatamente sobre esse assunto que me resta dúvida e gostaria de informar-me com Vossa Excelência se eventualmente não houver por parte do Professor Luiz Rodrigues Vampier qualquer acúmulo que a lei não permita, serei o primeiro Deputado a ir à tribuna e ler a carta do Professor Luiz Rodrigues Vampier, e confessar, de público, que errei. Agora, gostaria que Vossa Excelência informasse a este plenário qual é regime de tempo que o Professor Luiz Rodrigues Vampier dedica à Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Até o dia 15 de março, digo, até o dia 15 de abril, é tempo integral como Diretor da Diretoria de Assuntos Comunitários.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — E antes, Deputado, do dia 15?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Antes do dia 15, ele, na Universidade, era Professor do Departamento de Direito.

Até o dia, até o mês de março foi Diretor do Departamento de Direito, até a data em que venceu seu mandato.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Qual o tempo que o Professor dedicava...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Trarei essas informações a Vossa Excelência já que a sua patrulha...

(DISCUSSÕES PARALELAS).

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Concedo o aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira — Queria me reportar a outro aspecto da sua fala, que é muito importante sobre os índices mostrados pela pesquisa mandada realizar pela "Folha de São Paulo" em que demonstra, claramente, que os quatro Governadores da Oposição dos principais Estados do Brasil continuam aumentando a confiança que o povo neles depositou no dia 15 de novembro. E é importante se registrar que dos quatro Estados pesquisados, o que obteve a maior votação proporcional...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica o orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado. No entanto, concede-lhe um minuto para conclusão do seu discurso.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Concedo ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira — ... que dos quatro Estados pesquisados o Governador que obteve maior votação proporcional foi o Governador do Paraná, José Richa. E nós vemos, sessenta dias depois das eleições e que ele aumentou a confiança do povo em nove por cento. Portanto, se aquela vitória que obteve no dia 15 de novembro, já foi esmagadora, o povo passa, dois meses depois, a confiar mais ainda no Governo José Richa. Essa

é a prova da "Folha de São Paulo", através de pesquisa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Se apenas 13,9% estão decepcionados com o Richa, significa: o eleitorado do PDS, a cada dia que passa, está minguando ainda mais.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

A Presidência registra, com satisfação, as presenças em plenário, do Sr. Vereador Luiz Eduardo Casagrande, Presidente da Câmara de Santa Isabel do Ivaí; do Senhor Renato Cardoso Machado, Prefeito de Colorado; do Sr. Cícero Barbosa Sobrinho, Prefeito de Boa Vista da Aparecida; do Vereador Osmar Pereira Ramos, Presidente da Câmara de Boa Vista da Aparecida; que se faz acompanhar do Vereador Domingos Feltrin e também do Sr. Aristides Morteau, membro do Diretório do PMDB de Boa Vista da Aparecida.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/83, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA MARECHAL DEODORO N.º 47", com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

DISCUSSÃO ÚNICA — do Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado WILSON FORTES, que solicita 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, com apoio do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem André Fernando Wolff, ocorrido em acidente automobilístico, filho do Sr. Abílio Wolff Júnior, Presidente da Autarquia Municipal de Esportes e Turismo de Londrina - AMETUR. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Clube Atlético Paranaense pelo desempenho no Campeonato Brasileiro de Futebol, temporada de 1983. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Banco do Brasil, Presidente do Banco Central e Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que sejam liberados recursos para o financiamento de custeio aos sericultores de Nova Esperança e região produtora do bicho-da-seda, ainda durante o mês de maio, início do período de entre-safra. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente à Sra. Secretária da Educação, no sentido de que a mesma autorize a criação de uma Escola de segundo grau, na sede do Município de Lunardelli. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que o mesmo autorize a construção de um Terminal Rodoviário na sede do Município de Lunardelli. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a instalação de uma Escola de Primeiro Grau, no Distrito de Primavera, Município de Lunardelli. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente da Associação dos Municípios do Paraná e respectivas Presidências das micro-regiões, no sentido de que enviem esforços junto aos Srs. Prefeitos Municipais, para que, ao invés de demissão pura e simples de professores municipais que atuam em escolas do Estado, estudem e proponham um CRONOGRAMA PARA A ABSORÇÃO GRADUAL E PROGRESSIVA destes professores pelo Governo do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma estrada cascalhada no Distrito de Godoy Moreira até o Direito de Ubauna, passando pelo Município de Lunardelli. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministros da Indústria e Comércio e Presidente da EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo, encarecendo estudos na instalação de uma Delegacia Regional da EMBRATUR, em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, apelando na construção de um Ginásio de Esportes no Município de Santana do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, apelando no sentido de que seja determinado à EMOPAR, a Reforma Geral do prédio onde funciona a Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco no Município de Santana do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, apelando para que a SANEPAR construa a rede de esgoto básico e galerias de água pluviais no Município de Santana do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Gilberto Fantin Carneiro, filho do Sr. João Coelho Carneiro, ex-Vereador do Município da Lapa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caito Quintana e Aníbal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pela brilhante campanha desenvolvida na competição "Taça de Ouro". —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que o mesmo solicite à COPEL, a construção de uma sub-estação de rebaixamento de tensão elétrica, em Santana do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que o mesmo solicite a RADIPAR, a montagem de um retransmissor de TV no Município de Santana do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, apelando para que seja construída a sede da APMI, no Município de Santana do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja efetuado a pavimentação asfáltica de 12.000 m² no Município de Santana do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, apelando na construção de uma Unidade Hospitalar no Município de Santana do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, apelando para que seja encaminhada autorização à FUNDEPAR, para a melhoria da Quota referente ao Auxílio de Pagamento dos Professores, repassado por aquele órgão ao Município de Santana do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caito Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja efetuado o pagamento das indenizações devidas aos proprietários de terras cortadas pela PR-281 e PR-583 no Município de Planalto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caito Quintana, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo estudos para criação de um Colégio Agrícola no Município de Planalto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Nestor Baptista, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, apresentando voto de congratulações pela escolha do Presidente da BANESTADO Corretora de Valores. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a instalação de ensino de primeiro grau, quarta à oitava séries, na Escola Osvaldo Cruz, Jardim Laura do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo estudos para ligar Campo Mourão à Maringá por ramal ferroviário. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, no sentido de ser implantado o ensino de segundo grau nos Distritos de Farol

e Piquirivaí no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de cópias dos relatórios da Comissão Especial da Usina Central do Paraná (Porecatu) às seguintes autoridades: Presidente da República, Ministro do Trabalho, Ministro da Indústria e Comércio e outros. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Diretores-proprietários do jornal "Folha Metropolitana", lançado neste final de semana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuadas ligações asfálticas dos distritos londrinenses de Leroville, Guaravera e Paiquerê à Rodovia Celso Garcia Cid. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a instalação de uma filial da Café do Paraná no Município de Cascavel. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a nomeação de uma Comissão para verificar a situação em que se encontram os agricultores do Município de Boa Vista da Aparecida. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, visando a instalação do Escritório Regional do Instituto de Assistência ao Menor - IAM no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., visando a transformação do Posto Avançado de Crédito Rural "PAVAN" da cidade de Boa Esperança, para agência bancária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente do IPE, no sentido de ser credenciado através da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, uma Clínica Dentária na cidade de Goio-Erê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos necessários à criação com sede no Município de Quintandinha de Comarca abrangendo os municípios de Mandirituba e Agudos do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkos-

ki, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a vistoria no trecho da estrada que liga o Município de Quitandinha ao Município de Contenda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "O Paraná", editado na cidade de Cascavel, pela passagem do 7.º aniversário. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caito Quintana, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam remarcadas as faixas de sinalização do asfalto, no trecho entre Francisco Beltrão e Capanema. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao "Clube Atlético Paranaense", pela brilhante participação em todas as fases da competição nacional — Taça de Ouro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados José Antônio Fonseca, Rubens Bueno e Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção e Funcionários do jornal "O Paraná", da cidade de Cascavel, pela passagem de mais um aniversário. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Senhor Presidente, quero manifestar a adesão da Bancada do PDS ao requerido nesta tarde. Faço em nome dos Deputados do Oeste do Paraná, Deputados Edgar Pimentel, Tércio Albuquerque, Werner Wanderer, Augusto Carneiro e este Deputado, até porque tive a feliz oportunidade de participar desse valoroso órgão de imprensa no interior do Paraná e vejo hoje que aquela notável iniciativa do ex-Prefeito Jaci Scanagatta se transforma hoje num dos mais pujantes órgãos da imprensa do nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 40.º ano de fundação da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando seja encaminhada à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em Brasília, reivindicações dos acadêmicos e profissionais de Farmácia e Bioquímica do Paraná, a fim de que se posicionem contrariamente à aprovação do Projeto de Lei n.º 6.717/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17/05/83, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/83.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1982

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		PATRIMÔNIO	
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Ag. Centro Cívico	2.776.454,30	SALDO EM 31.12.81	102.829.247,01
Ag. Muricy	47.913,00	DO EXERCÍCIO	182.364.714,17
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A			285.193.961,18
Conta Poupança	219.602.736,38		
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			
Conta Poupança	40.613.703,42		
REALIZÁVEL			
VALORES MOBILIÁRIOS	4.000.000,00		
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	18.123.054,08		
IMOBILIZADO			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	30.100,00		
TOTAL DO ATIVO	285.193.961,18	TOTAL DO PASSIVO	285.193.961,18

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço cujos valores somam a importância de Cr\$ 285.193.961,18 (duzentos e oitenta e cinco milhões, cento e noventa e três mil e novecentos e sessenta e um cruzeiros e dezoito centavos).

ANTÔNIO FACCI
Presidente

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Tesoureiro

VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DE CONTA DE RESULTADO
EXERCÍCIO DE 1982

DÉBITO	CRÉDITO		
MATERIAL DE CONSUMO	60.001,08	RENDAS DE JUROS E C. MONETÁRIA	177.246.974,30
SERVIÇOS DE TERCEIROS	314.884,00	REDA DE CONTRIBUIÇÕES	24.682.573,60
INATIVOS	18.857.001,00		
SEGUROS	242.197,00		
DESPESAS BANCÁRIAS	90.750,65		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	182.364.714,17		
TOTAL	201.929.547,90	TOTAL	201.929.547,90

(a) ANTÔNIO FACCI
Presidente

(a) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Tesoureiro

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1982

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	24.682.573,60	DESPESAS DE CUSTEIO	19.564.833,73
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	177.246.974,30	RESULTADO PATRIMONIAL PELO VERIFICADO NO EXERCÍCIO	182.364.714,17
TOTAL	201.929.547,90	TOTAL	201.929.547,90

(a) ANTÔNIO FACCI
Presidente

(a) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Tesorero

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE DO MÊS DE JANEIRO DE 1983

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	82.650,00
Banco do Estado do Paraná Agência Centro Cívico	1.021.384,41	Seguros Apólice 1331	
Banco do Estado do Paraná Agência Muricy	47.913,00	PATRIMÔNIO	285.193.961,18
		Patrimônio Líquido	
REALIZÁVEL		RECEITA	
Banco do Estado do Paraná Poupança	219.602.736,38	Renda de Contribuições	2.997.757,00
Caixa Econômica Federal Poupança	40.613.703,42	Renda de Títulos	442.818,11
Valores Mobiliários	9.140.312,00	Juros de Empréstimos	1.204.098,34
Empréstimos Concedidos	17.067.126,42		4.644.673,45
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	30.100,00		
DESPESA			
Inativos	2.397.759,00		
Material de Consumo	250,00		
TOTAL	289.921.284,63	TOTAL	289.921.284,63

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr \$ 289.921.284,63 (duzentos e oitenta e nove milhões, novecentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e quatro cruzeiros e sessenta e três centavos)

(a) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Tesoureiro

ANTÔNIO FACCI
Presidente

VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1983

ATIVO	PASSIVO	
DISPONÍVEL	EXIGÍVEL	36.250,00
Caixa	Seguros — Apólice 1331	
Banco do Estado do Paraná - Ag. C. Cívico		
Banco do Estado do Paraná - Ag. Muricy		
REALIZÁVEL	PATRIMÔNIO	285.193.961,18
Banco do Estado do Paraná - Poupança	Patrimônio Líquido	
Caixa Econômica Federal - Poupança		
Valores Mobiliários	RECEITA	5.552.761,00
Empréstimos Concedidos	Renda de Contribuições	1.010.779,13
	Renda de Títulos	1.774.086,34
IMOBILIZADO	Juros de Empréstimos	8.337.626,47
Móveis e Utensílios		
DESPESA		
Inativos		
Materiais de Consumo		
Seguros		
TOTAL	TOTAL	293.567.837,65

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 293.567.837,65 (duzentos e noventa e três milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e sete cruzeiros e sessenta e cinco centavos).

(a) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Tesoureiro

(a) ANTÔNIO FACCI
Presidente

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE DO MÊS DE MARÇO DE 1983

ATIVO	PASSIVO
DISPONÍVEL	EXIGÍVEL
Banco do Estado do Paraná - Ag. C. Cívico	Seguro -- Apólice 1331 76.850,00
	Retenção IR Fonte 555.083,00
REALIZÁVEL	PATRIMÔNIO
Banco do Estado do Paraná - Poupança 274.700.035,78	Patrimônio Líquido 285.193.961,18
Caixa Econômica Federal - Poupança 50.803.491,64	
Valores Mobiliários 6.259.006,82	
Empréstimos Concedidos 16.130.337,42	
	RECEITA
IMOBILIZADO	Renda de Contribuições 14.231.869,00
Móveis e Utensílios 30.100,00	Renda de Títulos 67.078.811,55
	Juços de Empréstimos 2.923.742,34
DESPESA	
Inativos 21.240.949,00	
Serviços de Terceiros 70.704,00	
Materiais de Consumo 7.240,00	
Seguros 41.082,00	
	TOTAL
TOTAL	370.060.317,07

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 370.060.317,07 (trezentos e setenta milhões, sessenta mil, trezentos e dezessete cruzeiros e sete centavos).

(a) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Tesoureiro

(a) ANTÔNIO FACCI
Presidente

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR 6635